



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
15/02/2022	14h00min	16h00min	Virtual

PARTICIPANTESMembros do Gape:

Nome	Unidade	Presença
Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente)	Anatel	Presente
Nilo Pasquali (Secretário)	Anatel	Presente
Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Titular)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Daniela Naufel Schettino (Suplente)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Ausência justificada
Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas (Titular)	Ministério da Educação (MEC)	Ausência justificada
Álvaro José de Andrade Carneiro (Suplente)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Neiva Miranda Coelho (Titular)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Margaret Cadete Moonsammy (Suplente)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Titular)	Claro S.A. (Claro)	Ausência justificada
Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Ara Apkar Minassian (Titular)	Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. (Neko)	Presente
Luiz Faria Quintão (Suplente)	Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. (Neko)	Presente
Camilla Tedeschi de Toledo Tapias (Titular)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Marcelo Concolato Mejias (Titular)	TIM S.A. (TIM)	Presente
Marcio Couto Lino (Suplente)	TIM S.A. (TIM)	Ausência justificada

Outros participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Carolina Henn Bernardi Lellis	Anatel
Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo	Anatel
Eduardo Marques da Costa Jacomassi	Anatel
Felipe Roberto de Lima	Anatel
Fernando Di Pietro Cordenonssi	Anatel
Frederico Gomes Barbosa	Anatel
Gesilea Fonseca Teles	Anatel
Gustavo Facundo Arantes	Anatel
Livia Caruline dos Santos Lima de Sá	Anatel
Marcio Lucas Graciano Junior	Anatel
Maria Lúcia Ricci Bardi	Anatel
Priscila Costa Python Barreto	Anatel
Danilo Moraes Soares	Ministério das Comunicações (MCOM)
Hélio Mauricio Miranda da Fonseca	Ministério das Comunicações (MCOM)
Natalia de Sousa Borges	Ministério das Comunicações (MCOM)
Rafael Cardoso Reis	Ministério das Comunicações (MCOM)
Ana Cláudia Uchôa Araújo	Instituto Federal do Ceará (IFCE)
José Wally Mendonça Menezes	Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Sebastião Sergio de Oliveira Junior	TIM S.A. (TIM)

PAUTA

Item	Descrição
1	Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária realizada em 27 de janeiro de 2022

Item	Descrição
2	Dados de entidades (assentamentos, Funai, quilombolas, associações representativas) sobre instituições de ensino que necessitam de conectividade – Presidente do Gape
3	Diretrizes para Projetos de Conectividade de Escolas – MEC
4	Acompanhamento da criação da EACE – Prestadoras
5	Acompanhamento do Subgrupo Técnico de Diagnóstico e Projetos – Coordenador do SGT Diagnóstico
6	Outros assuntos
7	Próxima reunião e próximos passos

RELATO DA REUNIÃO

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, abriu a 2ª Reunião Ordinária, agradecendo a participação de todos e desejando mais um encontro produtivo. Observou que constam da pauta da reunião os itens: 1) aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária do Gape; 2) Dados de entidades (assentamentos, Funai, quilombolas, associações representativas) sobre instituições de ensino que necessitam de conectividade; 3) Diretrizes para projetos de conectividade de escolas; 4) Acompanhamento da criação da EACE; 5) acompanhamento do Subgrupo Técnico de Diagnóstico; 6) outros assuntos; e 7) próxima reunião e próximos passos. Passou então para o primeiro item da pauta.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GAPE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, fez um breve comentário sobre o encaminhamento da minuta da ata da 1ª reunião ordinária do Gape, ocorrida em 27/01/2022, e questionou a todos se haveria mais algum comentário ou sugestão, além das contribuições recebidas até então. Como não houve comentários adicionais, declarou aprovada a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Gape informando que, após assinada por ele e pelo Secretário, seria disponibilizada no SEI para assinatura dos demais membros. Lembrou que apenas os membros com cadastro válido no SEI conseguem assinar a ata. E sugeriu àqueles ainda não cadastrados, e que desejem assinar a ata, que efetuem seu cadastro e colocou o e-mail do Gape à disposição, caso houvesse alguma dúvida ou dificuldade para o cadastramento.

2. DADOS DE ENTIDADES (ASSENTAMENTOS, FUNAI, QUILOMBOLAS, ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS) SOBRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUE NECESSITAM DE CONECTIVIDADE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, passou ao segundo item da pauta, a apresentação, já citada na reunião anterior, dos dados de entidades representativas de classe, como de assentamentos, da Funai, de Quilombolas, de associações de periferia, que tivessem entidades de ensino públicas, com necessidade de conectividade. Afirmou acreditar serem dados interessantes, para serem discutidos nesse fórum, a fim de que fosse feita uma avaliação, se tais entidades devem ou não ser priorizadas.

Continuou, informando que de acordo com o censo escolar de 2020, existem 3.361 escolas em áreas indígenas e 2.506 em terras quilombolas, totalizando 5.867 instituições, e que como presidente do Gape, encaminhou ofícios à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à Fundação Cultural Palmares, em busca de informações adicionais, para que, além de confirmar os números disponíveis, pudessem incluir dados sobre conectividade nesses assentamentos. Informou que tão logo receba respostas a essas indagações, seriam compartilhadas com o Grupo.

Acrescentou, que também buscou informações adicionais junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em resposta, informou existirem 2.756 escolas inseridas em Projetos de Assentamentos Rurais, que ainda não possuem acesso à Internet.

Destacou o grande desafio do Gape, mas que existem projetos que já mudaram a realidade de muitas instituições e de alunos por elas atendidos. Nesse sentido, convidou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), para que relatasse sua experiência nas comunidades que necessitam de conectividade. Informou que o IFCE tem 109 anos de existência e a missão produzir, disseminar e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos, na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética. Agradeceu a pronta resposta ao convite, do **Professor José Wally, Reitor do IFCE**, a quem passou a palavra para que relatasse sua experiência com essas comunidades.

Professor José Wally, Reitor do IFCE, agradeceu ao Gape, a oportunidade de dividir sua experiência e também de aprender com o grupo e apresentou a **Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE**, que trabalha diretamente com os grupos de indígenas, de quilombolas, de assentamentos e de pessoas portadoras de deficiência.

Informou que o IFCE fez um mapeamento das escolas quilombolas e indígenas e criou a **cartografia digital**, onde se identificou a necessidade de conectividade, de treinamento, bem como o potencial de geração de oportunidades, respeitando a cultura dos povos. Acrescentou que a iniciativa visa oferecer, além da tecnologia, a integração e o envolvimento, para que as comunidades se apropriem da tecnologia e superem suas dificuldades, o que inclui doação de *tablets* e *chips*, provimento da Internet, cabeamento interno nas escolas e inserção de toda a comunidade escolar. Além disso, enfatizou que o trabalho com Tecnologias Digitais de Educação nas escolas, com indígenas, quilombolas e professores, causou impacto muito positivo na comunidade, pela apropriação da tecnologia, pela percepção da necessidade de se dispor de conectividade e por outros assuntos integrados, não somente à questão tecnológica, mas também, as oportunidades de emprego e renda, do empreendedorismo e da possibilidade de mostrar as ações das comunidades, além daquilo que conhecemos, além daquilo que achamos ser tradicional.

Informou que o IFCE criou recentemente uma Especialização em Cultura Indígena e Quilombola, que envolve tecnologia, formação de professores, fixação desses povos em suas comunidades e apropriação tecnológica. Apontou projetos do IFCE, que incluem a participação desses povos no processo, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, o que mostra a importância do acesso à Internet para essas comunidades. Ressaltou a possibilidade de produzirem seus próprios conteúdos e seu capital intelectual, para oferecer educação baseada na sua cultura e no seu dia a dia, para seus povos e para os povos tradicionais, por meio do Centro de Educação à Distância. Informou que atualmente muitos desses alunos estão integrados ao Mestrado do IFCE. Passou a palavra para que a Professora Ana Cláudia fizesse a apresentação.

Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE, cumprimentou a todos e todas e manifestou a satisfação de compartilhar uma panorâmica do trabalho da Pró-reitoria de Extensão e dos Núcleos de Extensão, [Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas \(Neabi\)](#) e [Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas \(Napne\)](#).

Na **Apresentação, Cartografia dos Neabis e Napnes do IFCE – 2021 (8071922)**, que foi anexada a esta Ata, destacou o trabalho dos cerca de 30 Neabis, que fortalecem o trabalho da Pró-reitoria de Extensão e vice-versa, que se assenta no tripé tecnologias, educação, cultura e meio ambiente, cuja atuação está integrada dentro da Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial. Os Neabis têm a missão de sistematizar, produzir e difundir conhecimento e saberes relacionados a equidade racial e direitos humanos, desde 2017, em vigência no IFCE por meio de Resolução. Mostrou os pontos de presença dos Neabis, e sua distribuição no território cearense.

Destacou eventos, cursos e projetos, que vêm sendo realizados e apresentou o mapa das 15 etnias, já reconhecidas no Estado do Ceará e o mapa das Comunidades Quilombolas do Ceará, ambos de 2020, onde também se localizam os campi dos Neabis, que fazem interface com essas comunidades, nos mais diferentes experimentos acadêmicos, de extensão, de ensino, de pesquisa e de inovação. Deu exemplos de eventos, cursos e projetos envolvendo alguns campi do IFPE e os trabalhos realizados com essa população, com turismo comunitário, juventude indígena, sementes, raízes, educação, literatura, dança, tecnologias variadas, fotografias digitais.

Professor José Wally, Reitor do IFCE, destacou que o trabalho vem sendo feito presencialmente, mas também está sendo integrado ao mundo tecnológico, por meio do Centro de Educação à Distância e, apesar de já terem sido superadas algumas dificuldades, há muito o que ser feito e considera o trabalho do Gape de extrema importância, não só pela conectividade em si, mas também pela possibilidade da integração desse universo, com escolas técnicas profissionalizantes e escolas municipais.

Professora Ana Cláudia, Pró-reitora do IFCE, esclareceu ainda, que o trabalho com as comunidades indígenas e quilombolas não pode ser feito, levando a “nossa verdade” para esses povos, mas que é no encontro dos mundos, de pesquisadores e extensionistas com as comunidades, que vai se traçando estratégias e os projetos vão emergindo.

Informou também a formação de parcerias e deu como exemplo o curso remoto de extensão, realizado em 2021, para lideranças indígenas, muitas delas, professores e diretores de escolas indígenas, que resultou em documentários, *podcasts*, artigos, poesias, em fase de tratamento, para posterior publicação. Esse curso, resultado de uma parceria com a Arquidiocese de Fortaleza, deve se transformar em uma especialização. Reforçou novamente a importância crucial da conectividade e das tecnologias digitais de informação e comunicação, para o sucesso desse empreendimento. Mais de 150 indígenas estudantes participaram da formação, nas mais variadas aldeias do Estado do Ceará e é um caso de sucesso da Pró-reitoria de Extensão e do Campus de Fortaleza, que se deseja expandir e repetir. Ação semelhante foi aplicada a professores e diretores de escolas quilombolas.

Apresentou ainda, casos de sucesso, com menção e fotos de indígenas e quilombolas egressos do IFCE, que hoje estão em cursos de mestrado. Afirmou ser essa uma demonstração de que o IFCE está no caminho certo, impactando vidas e contribuindo com a mudança de vida dos seus estudantes, o que estimula a continuidade do trabalho do IFCE. Finalizou, agradecendo e colocando a Pró-reitoria de Extensão à disposição dos integrantes do Gape, para pensar ações, que certamente irão contribuir para a melhoria da vida de quilombolas e indígenas.

O **Professor José Wally, Reitor do IFCE**, agradeceu a todos e voltou a mencionar a importância do trabalho do Gape para os projetos do IFCE.

Terminada a apresentação, **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu ao IFCE pela apresentação e abriu a palavra aos demais membros do grupo.

Neiva Miranda Coelho, representante da Algar Telecom S.A., cumprimentou a todos e parabenizou o IFCE. Destacou a importância de se trazer para o grupo esse assunto, por trazer informações relevantes dessas iniciativas, que considera muito importantes para o trabalho do Gape.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do Ministério das Comunicações, agradeceu e parabenizou o IFCE pela apresentação e levantou duas dúvidas, sendo a primeira se, no bojo das iniciativas dos Neabis, houve a confecção de material tipicamente voltado para mediador de uso de tecnologia na educação e a segunda, se as iniciativas do IFCE pretendem atingir os alunos da instituição e da comunidade ao redor dela ou se tem alguma intervenção específica sobre as escolas das redes públicas das áreas abrangidas pelo Instituto.

Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE, confirmou que o IFCE tem sim material customizado para esse público, que tem sido confeccionado pelo Centro de Educação à Distância, em parceria com os Neabis e sugeriu um convite ao Professor Igor Pain, que poderia tratar especificamente desse assunto. Quanto à outra pergunta, informou que, dentro das iniciativas, existem os dois movimentos, tanto ações articuladas pelos estudantes do IFCE, com acompanhamento dos professores, que são ações que envolvem a integração entre ensino, pesquisa e extensão que levam estudantes e professores da Campo, como ações mais específicas, voltadas para escolas públicas, onde estão as Comunidades Quilombolas e Comunidades Indígenas e deu o exemplo de ação recente com povos quilombolas em Paracuru, que resultou na produção de um livro pelos Neabis em parceria com estudantes e professores, em trabalho específico com os povos daquele município.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, considerando não haver mais questionamentos dos demais integrantes do Gape, perguntou aos representantes do IFCE se poderia ser divulgado o material da apresentação realizada.

A **Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE**, respondeu que sim e citou novamente a cartografia digital de 2021, que está sendo atualizada e será posteriormente encaminhada para o grupo. Agradeceu, dizendo ser que era uma honra poder contribuir com o trabalho do Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, informou que o material do IFCE será disponibilizado no site da Anatel, no espaço reservado para o Gape, juntamente com a ata desta reunião, conforme o link, a seguir: (<https://www.gov.br/anatel/pt-br/composicao/grupos-de-trabalho/gape>)

A seguir, questionou se o trabalho do Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) está circunscrito ao estado do Ceará ou, se seus estudos vão além das fronteiras dos limites do Estado e se institutos de outros Estados têm trabalho semelhante ou complementar, onde se pudesse buscar informações de outras regiões do país, que pudessem de alguma forma complementar as informações.

Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE, informou que os institutos federais, por lei, têm na sua constituição os núcleos, Neabis e Napnes e que uma das responsabilidades dos Neabis é fazer o levantamento anual das ações e sua divulgação e que, certamente, haverá acesso fácil aos materiais em outros institutos. Com relação ao trabalho realizado além das fronteiras estaduais, informou que trabalham com parcerias e que não há impeditivo da realização de parcerias com outros Estados, sendo desejável que elas aconteçam.

Professor José Wally, Reitor do IFCE, informou que a **Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE** faz parte do Fórum de Pró-reitores de Extensão e que pode ser feito um trabalho coletivo para que sejam entregues à Anatel informações consolidadas. Sugere que, juntamente com o MEC, o tema seja levado para o Fórum de Reitores, para ampla divulgação.

Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC, informou que irá levar o encaminhamento para a diretora, **Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC**, para que seja agendada uma reunião e se possa ampliar o horizonte dos dados apresentados pelo IFCE.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, solicitou então ao **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, que providencie o cruzamento dos dados da apresentação do IFCE com as informações do Censo Escolar, aplicando a mesma metodologia aos dados que venham a ser apresentados pela Funai e Fundação Cultural Palmares.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, cumprimentou a todos e informou que o batimento dos dados vai ser importante e, assim que for publicado o Censo 2021, poderá ser feito o cruzamento de todas as bases, que estão sendo disponibilizadas para o Gape. Acrescentou que, além das bases, vê também, na experiência da equipe do IFCE, a possibilidade de aproveitar o conhecimento sobre o atendimento dessas localidades e querem ouvir a opinião do IFPE, dentro do SGT Diagnóstico e Projetos, para definição de prioridades, critérios de priorização e de avanço do atendimento das comunidades.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu ao **Professor José Wally, Reitor do IFCE**, e à **Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE**, pela excelente contribuição e os cumprimentou, em nome dos integrantes do Gape, informando que continuará contando sempre com a valiosa colaboração do IFPE, para a conectividade das escolas públicas do Brasil.

Professor José Wally, Reitor do IFCE, agradeceu ao Gape e colocou a Inteligência de Dados do IFCE à disposição, para que possa ajudar e contribuir com o projeto de conectividade.

Professora Ana Cláudia, Pró-reitora de Extensão do IFCE agradeceu o espaço de fala e de escuta, tão atenciosos, e reiterou que a Pró-Reitoria de Extensão está à disposição para contribuir com os trabalhos do Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu mais uma vez e passou ao item 3 da pauta.

3. DIRETRIZES PARA PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, abordou a necessidade de tratar das diretrizes para os projetos de conectividade de escolas, já discutido na reunião passada e, inclusive, sobre a decisão de se iniciar a construção de um documento preliminar com algumas diretrizes, a ser complementado a medida em que as discussões possam evoluir. Assim, passou a palavra para o representante do MEC, para comentar sobre o tema.

Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC, cumprimentou a todos e justificou a ausência de **Ana Caroline Santos Calazans, representante do MEC**, que foi chamada para uma reunião emergencial e que iria apresentar o documento.

Informou ser um documento preliminar, uma vez que ainda não se tem um valor de velocidade de internet, definido como adequado para o uso pedagógico nas escolas. Esclareceu estar submetendo a proposta para discussão e contribuições dos membros do Gape.

Esclareceu que, conforme prévia do Censo 2021, que deverá estar disponível até o final da semana no site do INEP, existem, segundo informações declaradas pelos respectivos diretores das escolas, **29.920 escolas sem nenhuma internet, 19.327 escolas com acesso à internet, mas sem internet banda larga e 87.885 escolas, com acesso à internet banda larga.**

Nesse sentido informa que o MEC sugere que na **1.ª Etapa** do projeto deveria se levar conectividade às **29.920 escolas sem nenhuma internet**. Na **2ª Etapa ou, em paralelo à 1.ª etapa**, deveria ser realizado o atendimento às **19.327 escolas com acesso à internet, mas sem internet banda larga** e, numa **3.ª Etapa**, deveria se **melhorar a qualidade da internet das 87.885, que já dispõem de acesso à internet banda larga.**

Além da conectividade, constam do documento, o que considera extremamente importante, a construção da **infraestrutura interna de distribuição de internet dentro dessas escolas**, que proporcionará, de fato o uso pedagógico das tecnologias digitais na Educação Básica e a **capacitação dos professores e técnicos das escolas**, para que possam utilizar a tecnologia a ser disponibilizada, além de auxiliar os alunos e professores, no uso pedagógico dessas tecnologias dentro de sala de aula.

Quanto à velocidade mínima de internet, informou sobre a Resolução nº 9, de 2018, do Programa de Inovação Educação Conectada, que previu: 20 Mbit/s, para escolas com 1 a 199 matrículas; 50 Mbit/s, para escolas com 200 a 499 matrículas e; 100 Mbit/s, para escolas com mais de 500 matrículas.

No entanto, entende, que hoje, com o aumento da velocidade que as operadoras conseguem entregar para escolas e para o público em geral, e o desafio de se fazer o uso pedagógico das tecnologias digitais na Educação Básica, a proposta a ser submetida ao Gape, seria de, no mínimo, dobrar essa velocidade ou seja: 50 Mbit/s, para escolas com 1 a 199 matrículas; 100 Mbit/s, para escolas com 200 a 499 matrículas e; 200 Mbit/s, para escolas com mais de 500 matrículas. Lembrou ser essa uma proposta mínima de velocidade para ser discutida no Gape.

Informou ainda que, segundo o Guia de Conectividade produzido e elaborado pelo Nic.br e pelo CIEB a sugestão é de: 75 Mbit/s, para escolas com até 50 alunos; 150 Mbit/s, para escolas com até 100 alunos; 450 Mbit/s para escolas com até 300 alunos e; 750 Mbit/s para escolas com mais de 500 alunos.

Trouxe outra sugestão, também contemplada no documento das Diretrizes, de serem firmadas parcerias junto a organizações com expertise em conectividade, que o Gape entenda adequadas. Trouxe como exemplo, experiências do MEC e do MCom, nos Programas Norte e Nordeste Conectado, nos quais foram firmadas parcerias com a Rede Nacional de Pesquisa, RNP, que tem experiência não somente com a conectividade, mas também com a infraestrutura de distribuição do sinal de internet dentro das escolas.

Concluiu, agradecendo e informando serem essas as Diretrizes iniciais, inseridas no documento, que seria submetido aos membros do Gape, para que todos pudessem contribuir.

Terminada a apresentação, **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu e elogiou as colocações do **Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC**, e manifestou considerar ser esse um pontapé inicial muito bom para um dos grandes temas que o Gape deve debater e abriu a palavra para que os demais membros se manifestassem.

Monique Pereira Ibitinga de Barros, representante da Claro, cumprimentou a todos, agradeceu a apresentação do trabalho pelo MEC e expressou uma dúvida com relação à participação da Rede Nacional de Pesquisa, RNP. Questionou qual seria a participação e o papel da RNP, uma vez que pela sua avaliação, entende que a estruturação do Gape contempla a existência da EACE, como a entidade designada para execução das atividades decorrentes das obrigações estabelecidas no Edital e que serão delimitadas no Gape. Perguntou, então, qual seria o papel a ser desempenhado pela RNP, como seria a parceria nesse processo. Disse que queria entender um pouco melhor se já se tem uma ideia de como seria essa participação e se realmente seria necessária ou não.

Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC, respondeu que existem pilotos com a parceria da RNP. Esclareceu, que o debate gira mais em torno da conectividade e da chegada do sinal de internet no roteador da escola. E questiona, a partir disso, quem vai usar esse sinal de internet? Informou existir levantamento do nível de utilização da internet que chega nas escolas, que aponta para o uso administrativo e não é isso que se quer. O que se pretende é que a internet que chegue à escola seja distribuída no ambiente escolar, para dentro da sala de aula para uso pedagógico. Informou que existem 4 projetos-piloto: Nordeste conectado, Norte conectado, Amazônia conectada e a Iniciativa do BNDES. Disse que o Nordeste conectado é o que mais conseguiu entregar, além da conectividade, a distribuição do sinal dentro da escola, o que facilita a utilização para o uso pedagógico na escola. Assim, sugeriu a aproximação do Gape com a RNP, que pode ser para a apresentação de sua experiência com o Nordeste Conectado e com o Norte Conectado e assim, incluir na discussão atores com experiência que possam contribuir para o encaminhamento das soluções. Considera que se não houver a possibilidade de participação no Gape, a RNP pode ser convidada para uma apresentação, pois ela constrói redes metropolitanas e tem expertise, para contribuir para o trabalho do Gape.

Monique Pereira Ibitinga de Barros, representante da Claro, agradeceu o esclarecimento e ponderou que conhecer as experiências de todos os que já executaram atividade de projetos nessa área é sempre benéfico, o que deve fazer parte da estruturação de uma boa discussão.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, manifestou que o MCOM não via problema com a ordem de priorização apresentada pelo MEC para atendimento às escolas, mas alertou para o cuidado que se deve ter com o estabelecimento, como segundo grupo prioritário, das escolas que declaram ter acesso à internet, mas sem banda larga, e mesmo daquelas que dizem não ter internet. Disse que é importante evitar que essa questão seja um incentivo para as escolas, no próximo censo, o de 2022, sub-reportarem o tipo ou a qualidade da internet e da banda larga, na expectativa de passarem a ser elegíveis para o benefício.

Fez outra consideração sobre a priorização e disse concordar que, a princípio, a guia central tem que ser a existência ou não de internet e que, de maneira geral, a política, seja de educação ou de telecomunicações, é sempre de levar algum benefício para quem não tem ou expandir a fronteira de disponibilidade. Mas, disse entender também que deve se tentar introduzir algum elemento de custo-benefício. E, sobre o gasto, ponderou que se há disponibilidade de um milhão de reais para atender uma escola afastada de um centro urbano, com 10 matrículas ativas, esse milhão de reais pode ser gasto para atender uma escola urbana, com 200 alunos matriculados, que eventualmente, já disponha de uma conexão decorrente do PBLE, de 2, 4 ou 8 Mbit/s. Assim, afirmou que considera não ser só questão do custo, mas também da finalização do projeto no tempo. Lembrou já ter ocorrido discussão a respeito de se coordenar as iniciativas do Gape com iniciativas em curso. Quanto ao atendimento à escola rural, afirmou que deve se levar em consideração que o 4G vai se expandir gradualmente, por força das obrigações estabelecidas no Edital de 5G e que, depois do 4G instalado em uma determinada localidade, talvez faça mais sentido, do ponto de vista econômico, viabilizar a conectividade daquela escola rural por uma tecnologia que vai se valer dessa infraestrutura instalada por força de outros compromissos.

Destacou como muito positiva na apresentação do **Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC**, a ideia de não se cravar uma velocidade para um determinado porte de escola e que o estabelecimento de um referencial mínimo adianta bastante. Com relação ao compartilhamento da experiência da RNP, disse que valeria a pena compartilhar a experiência do projeto Nordeste conectado principalmente e também das demais iniciativas da RNP. Justificou, dizendo que, se o Gape começar a pesar a mão em termos de velocidade, para contratar serviços de conectividade para escolas, pode resultar na diminuição do universo de competição em potencial e na redução do número de provedores para aquele serviço, o que poderá afetar o custo. Disse que considera oportuna a existência de um referencial que preze pela prudência e que seja sujeito a alguma consideração de preço, de custo-benefício, para que se contrate um projeto com uma velocidade maior.

Com relação ao item de capacitação de professores e de técnicos para as escolas, sugeriu o desenvolvimento de soluções que sejam escaláveis. Disse que se pode aproveitar o Gape e a EACE para o desenvolvimento de um projeto de criação, elaboração e disponibilização de recursos educacionais digitais, tanto para professores, como para alunos. Pode se identificar lacunas de recursos digitais e se pensar em um repositório, focado na capacitação de professores e técnicos, de como usar a tecnologia de educação. Esse recurso poderia ser utilizado tanto para o público das escolas beneficiadas pelo Gape, com por todas as escolas do Brasil.

Ara Apkar Minassian, representante da Neko, cumprimentou os representantes do MEC pelo trabalho apresentado e comentou que apesar de inicial, o documento já traz informações relevantes que podem nortear o trabalho do Gape. Apresentou uma preocupação em relação a menção às parcerias, que hora aparece como Parceria com a EACE, ora aparece Parceria com o Gape. E alertou para a necessidade do esclarecimento desse ponto, para que no futuro se evite algum conflito que possa prejudicar o trabalho.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, concordou com a preocupação apresentada pelo **Ara Apkar Minassian, representante da Neko**, mas ponderou que talvez fosse só uma questão de terminologia, uma vez que a EACE faz parte do Gape.

Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC, esclareceu que eventuais parcerias seriam sempre submetidas aos membros do Gape.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, cumprimentou a todos e se manifestou sobre o documento apresentado pelo MEC, como um bom começo para a estruturação das diretrizes. Disse entender que devem ser tomadas algumas decisões sobre as próximas ações do Gape.

Com relação às prioridades levantadas no documento, apontou para a prioridade de atendimento às escolas não conectadas. Esclareceu que isso implicaria na necessidade de incluir projetos de infraestrutura vinculados, porque se a escola não é conectada, também não tem infraestrutura interna de conectividade. Afirmou entender que esse é um ponto importante para o Gape decidir, porque formata o primeiro tipo de projeto para atacar a primeira leva de escolas.

Manifestou concordância com a linha apresentada no documento, de se começar pelas escolas sem conectividade e avançar para escolas sem banda larga declarada e assim por diante. Alertou para o cuidado que se deve ter, para não priorizar sempre onde tem mais gente ou maior facilidade, porque sempre haverá um rescaldo, que nunca será atendido. E por mais que seja interessante melhorar a conectividade de quem já tem, considera fazer mais sentido levar a conectividade para quem não tem e começar esse primeiro ciclo, com escolas sem conectividade, sendo esse um outro ponto que deve passar pela decisão do Gape.

Na questão da conexão, afirmou que o Gape tem que decidir qual o caminho a ser seguido com relação aos tipos de conexão, uma vez que isso depende muito do tipo de tecnologia que será usada. Ponderou então, que poderia ser feito algum tipo de combinação do porte de escola com as tecnologias disponíveis, para que se possa decidir inclusive os níveis de conectividade que se deve ter. Disse acreditar que uma lógica vinculada à quantidade de alunos parece interessante, pois à medida que cresce, a escola tende a ter mais estrutura para acomodar um laboratório de informática ou outras necessidades, como mais conectividade inclusive, do que proporcionalmente uma escola pequena teria.

Destacou a importância de evoluir esse tipo de debate, pois facilitará a execução dos projetos pela EACE.

Citou o Manual do Nic.br, dentro do projeto do Grupo de Implementação da Portabilidade (GIP) e a experiência das Fundações das empresas, que já trabalharam com conectividade, que podem ajudar na formatação dos projetos. Concluiu, que é necessário se dispor de algo palpável para a formatação dos projetos para cada uma das escolas, o que deve estar refletido no documento das diretrizes, já iniciado nesse sentido, e que o Manual do Nic.br poderia ser uma boa referência para a o início da estruturação de uma primeira proposta de tipos de projetos.

Apontou que, na construção dos projetos e na definição da quantidade de escolas a serem atendidas, deve ser levada em consideração a questão do custo-benefício e deve ser pensado que a conectividade, vai implicar em investimento e operação. Afirmou que geralmente a operação é a parte mais cara, pois, uma vez concluída a instalação, haverá um custo obrigatório mensal de operação para manter o funcionamento. Assim, se a EACE for assegurar esse funcionamento por um ano, se consegue ter muitas escolas conectadas, se for assegurar por 5 anos, menos escolas serão conectadas e esse é um *trade-off* importante. Ponderou se devem ser atendidas as 20.000 escolas sem conectividade, pelo maior prazo que der para fazer para todas as 20 mil ou se será necessário dar mais fôlego para as escolas, por pelo menos 3 anos de conectividade, para que elas entrem em regime usando o recurso do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), por exemplo. Comentou que a EACE, apesar de ser de longo prazo, é transitória no contexto do longo prazo do projeto educacional. Nesse sentido, ponderou: vai ser garantida a operação de 1 ano, de 3 anos, ou de 5?

Argumentou que essa é outra decisão a ser tomada, que também é parte das diretrizes, inclusive para dar clareza de como vai ser gasto esse dinheiro, o que vai se conseguir manter funcionando e por quanto tempo. E também, para que a escola possa se preparar para ter um processo próprio de contratação, usando recurso do PIEC, ou outro recurso para manter a continuidade do projeto. Em seguida, sugeriu que o próprio Gape estabeleça nas diretrizes, e deixe claro na documentação, sobre até quando a EACE suportará a operação e quando se vislumbra que a conectividade de cada escola esteja funcionando de forma sustentável.

Considerou, que com relação às parcerias, o Gape terá que decidir as formas que a EACE vai contratar, pois, como executora dos projetos, terá que decidir sobre o processo de contratação, que pode ter diversos formatos, como por exemplo compra de equipamento e contratação de equipe para fazer a instalação e contratação de conectividade; parceria diretamente com uma instituição, que faria toda a implantação; ou a contratação por editais e chamadas públicas para empresas da região, que assumam a implantação e a operação, de uma ou diversas escolas do mesmo Município; dentre outras opções. Disse que ser essa outra decisão a ser tomada, com a avaliação dos diversos formatos, e ressaltou a importância de se usar o Manual do Nic.br, para a escolha de projetos que sejam sustentáveis no longo prazo, assim como a RNP, que pode ser chamada para contribuir com a experiência dela para ajudar o Gape a tomar uma decisão na avaliação dos diversos modelos de conectividade e o formato mais eficiente de contratação.

Concluiu, agradecendo e dizendo serem esses os pontos que teria a destacar, os quais entende que devem ser trabalhados no documento das Diretrizes.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e elogiou os comentários do **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**.

Marcio Couto Lino, representante da TIM, cumprimentou a todos e parabenizou **Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC**, pelo trabalho e considerou que, como ponto de partida, o trabalho e o estudo estão perfeitos. Informou que tem trabalhado com projetos de educação pelo Instituto Tim, desde 2013 em todo o Brasil, e sua experiência mostra a existência de muita heterogeneidade, o que motiva sua preocupação na definição de um único critério de priorização. Considera esse debate como o mais importante momento desse trabalho do Gape, uma vez que, depois de definido o critério, se passa para a execução e algum grupo vai ficar de fora. Assim, disse que considera necessária essa consciência, de que alguma escola não vai atender o critério de priorização. Apontou a proposta de atendimento a escolas sem conectividade, o que considera fazer sentido, e escolas onde é mais fácil o atendimento, o que também considera fazer sentido, já que vê isso no dia a dia. Citou, ainda, outro critério, também utilizado na Tim, que é o maior alcance das pessoas impactadas. Destacou que, quando se fala em educação de crianças, deve se observar que uma ação em uma escola neste mês (fevereiro), pode atingir àqueles alunos do ano letivo de 2022, mas, se a mesma ação for em dezembro, ficou perdido esse ano letivo de 2022. Então, considera ser uma questão de *trade-off*, devendo-se ponderar sobre essa harmonização de interesses, essa harmonização de benefícios, que serão levados para a sociedade para alcançar o maior número de brasileiros. Afirmou que, como se está falando de educação, quando se perde, não se recupera, sendo necessário um outro processo, para recuperar o ano perdido. Disse que, como Tim, acredita na necessidade de se harmonizar esses critérios e não escolher um critério único. Por fim, sugeriu a escolha de verticais a serem adotadas, para serem harmonizadas e que dessas verticais deve sair o *cluster* de atuação do Gape.

Hélio Mauricio Miranda da Fonseca, do MCOM, cumprimentou ao **Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC**, pelo trabalho, que considera estar no caminho certo e disse que gostaria de complementar um ponto que observou na Nota Técnica, relacionado ao *trade-off*. Citou que já vinha sendo objeto das discussões da Política de Inovação da Educação Conectada a tentativa de se identificar os usos de conectividade que seriam feitos nas escolas, que pudessem caracterizar a demanda, para então prover essa demanda através das políticas públicas. E, no caso aqui específico do Gape, se tem a mesma finalidade. Ressaltou que à medida que se

umenta a velocidade, pode se reduzir o número de escolas ou o número de alunos que serão abrangidos pela política. Sugere então que sejam identificados os usos e caracterizada a demanda e, a partir disso, verificar a efetiva necessidade de banda, visando estabelecer o mínimo necessário para o atendimento da demanda e tentar maximizar o número de estudantes e de escolas a serem abrangidas pela Política de Conectividade. Isso, porque o recurso é finito e poderia ser alcançado o maior número de atendimento, o que está em linha com as políticas de telecomunicações, já praticadas ao longo do tempo.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, fez algumas observações sobre o que todos falaram e destacou a preocupação do **Marcio Couto Lino, representante da TIM**, com a harmonização de critérios, assim como os demais pontos colocados pelos demais. Refletiu que esses temas comportam mais discussão. Disse considerar como ponto de partida, saber aonde se quer chegar, que tipo de conectividade se pretende levar, que quantidade de pessoas serão alcançadas, se essa conectividade alcança só a escola ou também alcança o entorno da escola, se será considerado, em alguma situação, o atendimento de escola com 10 alunos matriculados, em detrimento de uma que tem 300 alunos matriculados. Concluiu dizendo que todos esses aspectos devem se maturados. afirmou que todos apresentaram muito bem suas preocupações e que comunga com todas elas.

Acrescentou, com relação a parcerias, que os Estados e as Prefeituras podem demandar parcerias com o Gape e os membros devem refletir sobre essa possibilidade, que entende que deve ser aceita, já que os governos municipais e estaduais podem prover parte da infraestrutura necessária ou podem encontrar outra maneira de complementar o trabalho do Gape, além de serem os Estados e as Prefeituras que recepcionarão a conectividade oferecida pelo Gape.

Citou também que, além de acatar a parceria com a RNP e absorver sua experiência, é bem-vinda a possibilidade de outras parcerias, como com entidades filantrópicas privadas, que precisam fazer investimentos em atividades desse tipo e que deve se refletir sobre isso, porque, como foi dito, o desafio é grande e sozinhos talvez não se consiga o atendimento almejado, para cobrir todas as escolas com o atendimento necessário para o uso pedagógico, além da continuidade do projeto.

Com relação à capacitação de professores, disse discordar do ponto apontado pelo **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, que, salvo engano, se posicionou contra a questão da capacitação. Considera ser um dos aspectos mais importantes a capacitação de professores e monitores nas escolas, ou alguém para dizer como vai funcionar, o que irá garantir o perfeito aproveitamento da conectividade oferecida e a continuidade dos projetos.

Disse serem esses os pontos e questionou se haveria mais alguém que quisesse se manifestar.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, manifestou sua concordância com relação à capacitação, que considera importante e que só estava chamando atenção para a necessidade de ser algo escalável com alguma solução digital e não uma capacitação presencial, com deslocamento de equipe para fazer o treinamento. Esclareceu entender que seria melhor se pudesse fazer alguma coisa mais centralizada, escalável, sendo somente uma questão de método e não de atividades.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, propôs que fosse recepcionada a Minuta nos termos da Nota Técnica do MEC, para que fosse aprimorada com os pontos debatidos na reunião e outros pontos que o Gape entender que devam ser inseridos. Destacou que os critérios de priorização a serem fixados não seriam taxativos, podendo ser harmonizados, com a realidade de cada região ou necessidade de cada município ou localidade do Brasil. Informou que poderão ser acrescentadas mais diretrizes e que o documento, caso já esteja maduro, poderia ser deliberado na próxima reunião. Expressou que não considera estar havendo demora, porque o documento das Diretrizes deve ser bem debatido, considerando todas as contribuições, para que resulte em um trabalho maduro, sensato, coerente e, caso seja deliberado na próxima reunião, ele pode conter um adendo sobre a possibilidade de ajuste à medida que o Gape assim considere.

Passou então para o próximo item da pauta.

4. CRIAÇÃO DA EACE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, lembrou que, conforme relato da Reunião anterior, os trabalhos para criação da EACE estavam caminhando bem e que, considerando que o prazo final para criação da EACE é 21 de março de 2022, gostaria de ouvir os representantes das prestadoras sobre o andamento do trabalho.

Monique Pereira Ibitinga de Barros, representante da Claro, cumprimentou a todos e informou que já foi feita a contratação do escritório de advocacia, o qual estruturou uma primeira minuta de Estatuto e do Ato de Constituição da EACE. Informou que haverá uma reunião nesta semana entre os associados da EACE para finalizar a avaliação da proposta de Estatuto e do Ato e, com isso, será possível entrar com o pedido de Constituição efetiva da entidade. Esclareceu que existe um processo operacional de registro em cartório, de abertura da empresa, de obtenção do registro perante a receita Federal etc... e que, após esse procedimento, a EACE fica efetivamente constituída. Disse que os próximos passos são o alinhamento entre as prestadoras e, na sequência, conversarão sobre os termos com o **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, para um alinhamento que considera importante e que podem também entrar em contato com o Gabinete do Conselheiro, para fazer esse alinhamento e assegurar que todos estão com as mesmas informações, antes da efetiva constituição da EACE.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se o prazo de constituição seria cumprido, o que foi confirmado pela **Monique Pereira Ibitinga de Barros, representante da Claro**.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu o reporte do andamento dos trabalhos e informou que o tema continuaria a ser acompanhando na próxima reunião.

5. ACOMPANHAMENTO DO SUBGRUPO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se reportou à deliberação da última reunião, pela criação do subgrupo técnico de diagnóstico, e pela indicação do coordenador e respectiva suplente. Solicitou então a **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico e Projetos**, que relatasse sobre o andamento dos trabalhos do SGT Diagnóstico, para quem passou a palavra.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico e Projetos, informou que o SGT já começou a trabalhar e foi realizada, no dia 14/02, a primeira reunião do subgrupo. Mencionou que o SGT teria alguns temas a serem submetidos ao Gape.

O primeiro seria que, considerando que estamos às vésperas de uma nova divulgação da base de dados do Censo Escolar, prevista para sexta-feira dia 18/02, a sugestão do SGT Diagnóstico é para que se aguarde mais uma semana, para que se utilize a nova base de dados do

Censo de 2021 atualizada, ao invés da base disponível que está defasada.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu a **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico e Projetos**, pediu licença ao grupo e solicitou ao **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, que desse continuidade à reunião, uma vez que estava sendo chamado para um compromisso com a Imprensa.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico e Projetos, continuou seu relato, reforçando a recomendação para que se aguarde mais uma semana, para que se utilize a nova base de dados do Censo de 2021 atualizada. Informou que, com a ajuda do Nic.br, do MEC e do MCOM, essa base do Censo 2021 será integrada às demais bases que são as medições do Nic.br, as duas outras bases do MEC e a base do Gesac, do Ministério das Comunicações.

Continuou, informando que o segundo ponto está relacionado ao documento que o **Álvaro José de Andrade Carneiro, representante do MEC**, apresentou e que já está circulando no SGT Diagnóstico e agora será encaminhado para a contribuição de todos os membros. Disse que deve ser definida uma data para que grupo técnico receba as contribuições e possa consolidar o documento, para serem tomadas as decisões em uma próxima reunião do Gape.

Disse que o terceiro ponto seriam sugestões de quais serão os cortes de dados que deverão ser tratados no âmbito do grupo, uma vez que as bases de dados são muito grandes e deve se definir quais informações são realmente importantes, para a elaboração do *dashboard* com dados que visualmente sejam mais fáceis de trabalhar. Informou que alguns recortes são bastante óbvios, como Estado, Município, Urbano e Rural e outros não são tão óbvios, mas podem ser discutidos, como se a escola dispõe de laboratório de informática, se tem energia elétrica, se tem rede para estudantes e uma série de outras informações que podem ser definidas para um *dashboard* e para uma visualização, de forma mais rápida. Assim, seria interessante se definir um recorte mínimo, para que se pudesse, já numa próxima reunião, se trabalhar nesse *dashboard* e poder compartilhar números gerais com o grupo

Concluiu dizendo que são esses os três temas que foram objetos da última reunião do SGT Diagnóstico: a base do Censo de 2021; o documento do MEC - sendo necessário definir uma data para receber as contribuições; e as sugestões para o *Dashboard*.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu ao **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico e Projetos**, e disse não ver qualquer problema em se aguardar mais uma semana para a utilização da base atualizada do Censo 2021. Com relação ao Documento de Diretrizes do MEC, sugeriu que o documento fosse circulado ainda hoje, para todos os membros do Gape e propôs que o envio dos comentários seja feito até o dia 11 de março, assim haveria tempo de estudar o documento e fazer contribuições mais qualificadas; poderiam também serem feitas sugestões para as informações que os membros considerassem interessantes para o *Dashboard*, o que também poderia ser avaliado na próxima reunião.

Em seguida, abriu a palavra para que todos pudessem se manifestar.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, se manifestou de acordo, com relação aos pontos apresentados e solicitou, com relação ao terceiro ponto, que fosse disponibilizado o dicionário de dados do Censo 2021.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, informou que o Documento de Diretrizes do MEC seria circulado ainda hoje e se aguardaria a publicação do Censo 2021, para o encaminhamento do dicionário de dados 2021. Solicitou ao SGT-Diagnóstico que traga para a próxima reunião uma sugestão do que seriam os campos mais interessantes para um *dashboard* executivo, para que o Gape possa tomar decisões.

Como não houve comentários, passou então para o último item da pauta.

6. OUTROS ASSUNTOS

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou ao item 6 da pauta, que trata de outros assuntos. Comunicou aos membros do Gape sobre os coordenadores e respectivos suplentes designados para os Subgrupos Técnicos de Comunicação e Financeiro, criados na última reunião, informando que, para o subgrupo técnico de comunicação, foi designada a **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo** como titular e o **Gustavo Facundo Arantes** como suplente; para o subgrupo técnico financeiro designou **Felipe Roberto de Lima** como titular e **Marcio Lucas Graciano Junior** como suplente.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, solicitou aos coordenadores e suplentes que ligassem suas câmeras para que todos pudessem conhecê-los. Em seguida, passou a palavra para os coordenadores.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo se colocou à disposição do grupo e se apresentou, informando ser jornalista de formação e que atua como Assessora Parlamentar da Anatel, junto ao Congresso Nacional.

Gustavo Facundo Arantes se colocou à disposição, informando ser publicitário, com atuação na Assessoria Parlamentar da Anatel.

Felipe Roberto de Lima se apresentou, informando ocupar a Gerência de Regulamentação e que tem experiência no grupo financeiro porque também atua no grupo financeiro do Gired, grupo criado em 2014 no processo de liberação da faixa de 700 MHz. Por fim, se colocou à disposição para colaborar com o trabalho.

Marcio Lucas Graciano Junior, se apresentou informando que atua também na Gerência de Regulamentação e se colocou à disposição para apoiar o trabalho.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, questionou aos membros se ainda haveria algum tema a ser tratado no item outros assuntos da pauta. Não tendo havido manifestação, passou ao último ponto da pauta.

7. PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, sugeriu a data de 22/03/2022 para a próxima reunião e questionou se todos estariam de acordo. Como não houve comentários, fixou-se a data de 22/03/2022, terça feira, às 15h, para a 3ª Reunião Ordinária do GAPE, a ser realizada de forma remota.

Informou que seria encaminhado o documento do MEC, com o prazo de até o dia 11/03/2022 para receber comentários de todos, com relação à estrutura e tudo o que ainda não foi abordado, lembrando se tratar de uma fase de diálogo, para achar a melhor forma de estruturar esse documento, de forma a proporcionar as diretrizes para que a EACE comece a trabalhar.

Acrescentou que, quando estiver disponível, o dicionário de dados do Censo 2021 também será encaminhado.

Quanto aos próximos passos, lembrou que seria mantido o acompanhamento da criação da EACE, pedindo aos representantes das prestadoras que apresentem na próxima reunião o status dos trabalhos.

Da mesma forma, informou que será mantido o acompanhamento do Subgrupo Técnico de Diagnóstico e Projetos e solicitou ao **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, que trouxesse informações acerca do andamento dos trabalhos para a próxima reunião.

Por fim, questionou aos membros se haveria algum outro passo importante para ser tratado nesse momento. Não tendo havido manifestações, agradeceu a participação de todos e informou que a minuta de ata da presente reunião seria encaminhada aos demais membros para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 2ª Reunião Ordinária do Gape.

8. APROVAÇÃO

8.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

8.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 31/03/2022, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Secretário do Grupo**, em 31/03/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Faria Quintao, Usuário Externo**, em 01/04/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Ara Apkar Minassian, Usuário Externo**, em 01/04/2022, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Concolato Mejias, Usuário Externo**, em 01/04/2022, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Pereira Ibitinga de Barros, Diretora de Planejamento Regulatório**, em 01/04/2022, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Usuário Externo**, em 01/04/2022, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Margaret de Almeida Cadête Moonsammy, Usuário Externo**, em 05/04/2022, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Camilla Tedeschi de Toledo Tápias, Representante Legal**, em 13/04/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, Usuário Externo**, em 18/04/2022, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Miranda Coelho, Usuário Externo**, em 24/05/2022, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8050531** e o código CRC **6A9DD7C6**.